

DA TERRA FIRME AOS ESTUÁRIOS: TRAÇOS DE TERRITORIALIDADES NOS SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Indira Angela Eyzaguirre¹
Alan Crhistian Quadros Alvão²
Daniel Gomes Sousa³

Data de submissão: 13.07.2020

Data de aprovação: 07.08.2020

Esta viagem etno-fotográfica leva-nos da terra firme aos estuários, proporcionando uma visão das dinâmicas de subsistência que compõem o cotidiano na lida com a terra, tomada como um bem de uso comum para as comunidades tradicionais paraenses na Amazônia brasileira, especificamente em dois municípios: Bragança e Tracuateua. Buscamos com isso, pensar outras formas possíveis de territorialidades, mediante o retorno citadino ao lar rural, e apontar a importância da reflexão sobre os saberes que constituem e são constituídos no trabalho e sobre o papel das comunidades agricultoras na segurança alimentar da região.

Partindo da premissa de que os recursos humanamente utilizados constituem sistemas socioecológicos⁴, a agricultura familiar e o extrativismo de recursos marinhos de áreas de manguezal seguem uma governança voluntária⁵. Esses sistemas são simbioses que compõe a natureza, as culturas e suas inter-relações. De forma que estas inter-relações constroem um espaço mais diversificado e heterogêneo:

Horizontalidades e verticalidades se criam paralelamente. As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições) (...) As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes (...) As horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços, e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade econômica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação. (SANTOS, 1998, p. 26)

A interação dessas comunidades com o espaço físico vai além do controle ao tornarem-se integrantes do mesmo em relações humanas com não humanas, isto é, constroem territórios atribuindo significância cultural, política, social e econômica. Assim como as dinâmicas socioambientais compartilhadas entre as comunidades de terra firme como a do Miriteua, da Chapada e a do Sessenta da Região Bragantina.

O cotidiano destas comunidades assemelha-se nas múltiplas práticas de subsistência relacionadas à agricultura familiar. E diferencia-se em outras, como a extração de caranguejo

¹ Mestre em Biologia na área de ecologia socioambiental. Escritora, fotógrafa e desenhadora freelance. Possui diversas publicações de poemas, ensaios e artigos. E-mail: indira.eyza@gmail.com

² Licenciatura em Ciências Naturais na Universidade Federal do Pará e Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: qalanchristian@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, Pará, Brasil. E-mail: Daniel.gds.1985@gmail.com

⁴ OSTROM, E, A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems, *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009.

⁵ EYZAGUIRRE, Indira A. L.; FERNANDES, Marcus E. B., Environmental Governance As a Framework for Mangrove Sustainability on the Brazilian Amazon Coast, in: MAKOWSKI, Christopher; FINKL, Charles W. (Orgs.), *Threats to Mangrove Forests*, Cham: Springer International Publishing, 2018, v. 25, p. 699–715.

praticada na comunidade do Sessenta, evidenciando a influência da proximidade ao ambiente costeiro.

A comunidade do Miriteua localiza-se na zona rural do município de Bragança. Os comunitários seguem ao tempo da natureza, a sincronia e o relógio biológico para as tarefas do dia. Em casa os trabalhos domésticos, nos quintais as hortas, e na parte mais distante do terreno, as roças. As roças reúnem traços mais tradicionais quando consideramos algumas características como: o mutirão, que é uma forma de organização do trabalho em que vizinhos, comunitários e familiares reúnem-se para a limpeza do terreno, no momento do roçado e queima (prática da coivara), recebendo em troca a limpeza da sua roça.

O mutirão está cedendo lugar para relações mais atuais em que há o pagamento por horas de trabalho para sujeitos reconhecidos na comunidade por realizar tal atividade. No entanto, a plantação da roça, a monitoração, e a colheita ainda estão fortemente baseadas no trabalho familiar. No tocante às roças, o controle das pragas foi o que se revelou mais misterioso e diverso, pois não havia uma prática padrão estabelecida, tinha-se a impressão de que os grupos familiares mais próximos construía as suas próprias estratégias de controle, algumas inseridas em pequenos rituais, simpatias ou remédios caseiros. O principal produto das roças é a farinha de mandioca, que é a base nutricional das famílias.

As roças localizam-se, comumente, em regiões distantes da casa, pois necessitam de amplas áreas para a produção. São cultivadas espécies vegetais de médio porte. Quando chega o tempo de “roçar o mato”, os agricultores miriteuenses levam para a área da roça pedaços de caules da maniva, ou seja, as mudas que darão origem às batatas da mandioca.

A configuração dos espaços utilizados para as hortas e roças nesta comunidade amazônica compõe as dinâmicas e inter-relações familiares, como a definição dos papéis de cada integrante da família nas tarefas. O processo da “queima” acontece posteriormente à “roçada”, os dois são atividades necessárias para “limpar o solo”. Depois, outros instrumentos amplamente conhecidos na região, a enxada e o paneiro feito de “guarumã”, servem como as principais ferramentas para o cultivo da maniva. O primeiro, para escavar o chão onde serão colocadas pequenas porções do caule da maniva, e o segundo, para o carregamento e deslocamento de produtos em diversas etapas da produção.

Da mesma forma, o papel que cumpre cada integrante da família está evidenciado no processo circular de elaboração da farinha. Tanto homens como mulheres fazem parte do processo de assoreamento do rio, estágio em que há interferência em uma parte de um rio para depósito da mandioca recém-retirada das roças. Após alguns dias em água corrente para o amolecimento, as cascas são retiradas e direcionadas para a alimentação de animais domésticos como cavalos e porcos. A mandioca descascada volta à água para limpeza e escoamento da toxidez, esse é apenas o primeiro passo para tornar a mandioca consumível.

A poucas horas de distância está a comunidade da Chapada, localizada na zona rural do município de Tracuateua (vizinha de Bragança). Nesta comunidade, semelhante ao Miriteua, pratica-se a agricultura familiar mediante a divisão de papéis sociais geracionais e de gênero. Após todos os processos anteriores, a mandioca em poucos dias é levada a casa do forno, lá é amassada, por pressão é vertido todo o líquido, para ser torrada em um forno de cobre na elaboração da farinha, que se trata do produto final. A cadeia de comércio rural inicia-se a partir daqui.

Enquanto nas roças se cultiva a mandioca, recurso básico para fazer a tradicional farinha, nas hortas cultivam-se hortaliças como o conhecido e requisitado cheiro verde, a chicória, a alface, entre outros vegetais, que posteriormente serão comercializados na feira de Bragança.

Nas comunidades da região bragantina o trabalho nas hortas mantém um padrão. Em diferentes localidades facilmente pode-se observar o cultivo das mesmas espécies, com pouca variação, dispostos em “lêras” (galerias retangulares no chão contendo a terra preparada para

o plantio). Outra característica comum à olericultura local é o cercamento da área da horta devido à proximidade das casas, a cerca previne dos ataques de animais domésticos (galinhas, patos, porcos, etc.).

Diferentemente das roças, as hortas em suas técnicas e configurações atuais, majoritariamente voltadas para a comercialização, como acontece na comunidade do Miriteua, apontam para origens mais recentes, onde há o uso de sementes escolhidas e preparadas com químicos para o fortalecimento e sucesso da plantação, e o controle de pragas se revela assustador, a depender da facilidade de acesso a toda sorte de inseticidas encontrados nas lojas agropecuárias e supermercados da região.

O tabaco, também produzido na agricultura da região em regime familiar, é um produto essencial consumido no cotidiano de trabalho. Assim como o “chibé”, mistura de água com farinha de mandioca, é a alimentação dos trabalhadores pobres de toda a zona rural da microrregião bragantina.

A comunidade do Sessenta localiza-se na zona rural do município de Tracuateua. Para chegar a esta comunidade é necessário “viajar” por terra firme, passar pelos juncos, salsas e “mamuré”, até que nela se chegue e se perceba que a mesma encontra-se próxima às florestas de manguezal. Os comunitários estão adaptados a este tipo de ecossistema, de forma que resistem e subsistem mediante a prática da extração do caranguejo, principal recurso marinho que faz parte da economia solidária do manguezal.

A prática desta atividade se dá pela proximidade às florestas de manguezal. A localização das “tocas” ou galerias do caranguejo, geralmente com auxílio do “gancho”, constitui parte do cotidiano de um caranguejeiro, que mesmo em época inundada transporta-se até os manguezais à procura da subsistência do dia.

O comércio justo não faz parte dessa economia solidária, cabe mencionar que o preço de um caranguejo é de aproximadamente um real. Preço que não compensa o excessivo esforço físico do trabalho. O que se pode marcar é a presença de um comércio altamente explorador, que ao impor suas demandas, ameaça as economias baseadas na solidariedade, sem desconsiderar que essas economias não são estanques.

O esforço no trabalho na roça, na horta e na extração de caranguejo têm em comum a manutenção dos saberes e de relações sociais através da subsistência. A existência da troca vai além da exploratória, em certa medida, trata-se de uma troca energética com o território, como espaço físico, que influencia nas percepções sociais e molda os modos de viver convertendo em uma territorialidade única, ao mesmo tempo em que a paisagem vai sendo reconfigurada e recebe na materialidade do espaço significados que possibilitam a existência humana. Esses espaços tornam-se lugares de memórias e de vida.

Miriteua, comunidade da Chapada e a comunidade do Sessenta compartilham suas dinâmicas com a terra, o solo, a lama, a mãe da fertilidade, com Gaia. Trata-se de territorialidades, de como a agricultura familiar formata as paisagens e, ainda, de como a procura pela subsistência e a comercialização em pequena escala faz com que algumas comunidades de terra firme se transladem para áreas de manguezais. Esse deslocamento para os manguezais acontece pela relativa proximidade das comunidades dessas áreas e pela diversificação da alimentação e do trabalho local.

É necessário re-pensar o comércio, e vislumbrar outras formas possíveis de relação com o mercado nessa transição entre o rural e o urbano, considerando como centrais os sujeitos envolvidos na atividade, e que garanta a sobrevivência da população da região como “fazedores da energia” mais essencial ao ser humano: o alimento. A criação de políticas públicas, o incentivo a organização dos trabalhadores do campo, a criação de vias de comunicação e escuta das comunidades produtoras, e o controle do mercado de forma a possibilitar o acesso dos pequenos produtores familiares às feiras e zonas de comercialização, nos parecem aspectos cruciais para o reconhecimento por parte do Estado.

Nessa prática de repensar, poderíamos considerar outros sujeitos e instituições urbanas como a Universidades e seu papel na construção de memórias do campo, assim como pela via da extensão e suas parcerias, possibilitar formações necessárias à comunidade trabalhadora. O reconhecimento do conhecimento ecológico local dessas culturas resistentes, diferenciadas e a inclusão nas políticas públicas dos modos de viver multifacetados, precisam ser reconfigurados e ir além do reconhecimento legal constitucional como a unidade mais básica da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**, 1998 (Hucitec, v. 1).









